

NK ANÁLISE

**VOTO ÚTIL PODE DECIDIR
ELEIÇÃO NO PRIMEIRO TURNO**



CONSULTORES
Relações Governamentais

VOTO ÚTIL PODE DECIDIR ELEIÇÃO NO PRIMEIRO TURNO

A desistência de João Doria (PSDB) e a ausência até o momento de um nome que agregue forças na terceira via fazem crescer a possibilidade da eleição presidencial, em outubro, ser decidida no primeiro turno. Faltam quatro meses para a eleição, mas as pesquisas indicam uma disputa consolidada entre o atual presidente Jair Bolsonaro e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Com a data da votação se aproximando, o apelo ao voto útil esvazia ainda mais a chamada “terceira via”, levando votos para um dos líderes. A seguir, considerações sobre a disputa eleitoral.

1998 ou 2006

Até o momento, o cenário de 2022 é similar aos registrados em 1998 – reeleição de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) no primeiro turno – e 2006 – reeleição de Lula no segundo turno. Em 1998, Fernando Henrique obteve 53% dos votos válidos, contra 31,7% de Lula, enquanto os outros candidatos somaram 15% dos votos. Em 2002, Lula cravou 48,61%, Geraldo Alckmin fez 41,64% e os demais concorrentes, juntos, ficaram com 10%.

As pesquisas colocam a terceira via com cerca de 15% das intenções de voto. No último Datafolha, o ex-presidente Lula (PT) está com 48%, enquanto Bolsonaro (PL) aparece com 27%. A definição em primeiro ou segundo turno passará por uma reação de Bolsonaro, captada em parte das pesquisas, e dos totais de votos nulos e brancos e da abstenção, que impactam na conta dos votos válidos.

A terceira via sem Doria

A desistência de João Doria na semana passada, que figurava com 2% nas pesquisas, obriga o rearranjo de forças na tentativa de viabilizar a terceira via, algo cada vez mais difícil, já que os levantamentos indicam que sete a cada 10 eleitores definiram candidato a presidente. A saída do tucano levou MDB e Cidadania ao apoio à pré-candidatura da senadora Simone Tebet (MDB-MS). Já o PSDB se divide entre Tebet ou outro candidato próprio.

Elogiada por empresários, Tebet tem o desafio de subir nas pesquisas para se mostrar viável até meados de julho, período de convenções para o registro das candidaturas. Tebet também terá de lidar com dissidências. Candidatos do próprio MDB desejam apoiar Bolsonaro e Lula já no primeiro turno. A senadora ainda tentará atrair o União Brasil. O deputado Luciano Bivar (PE) lança no dia 31 sua pré-candidatura pelo União.

Nova condição

A desistência de João Doria deixa o PSDB na condição de partido auxiliar na eleição presidencial. Não terá candidato próprio pela primeira vez desde 1994. A sigla poderá indicar o vice – fala-se no senador Tasso Jereissati e Eduardo Leite (que deve concorrer à reeleição no Rio Grande do Sul) – para uma chapa ao Planalto e concentrará atenções na manutenção do governo de São Paulo. O partido também dará atenção à eleição de deputados federais. A bancada na Câmara define a divisão dos fundos partidário e eleitoral. Hoje, os tucanos têm 21 deputados, com risco de perde-

rem ainda mais espaço. Na prática, a saída de Doria é um alívio para parte considerável dos parlamentares que desejam estar ao lado de Bolsonaro.

Lula lidera

Diferentes pesquisas registram a liderança de Lula acima de 40% no primeiro turno e com vitórias folgadas no segundo turno. Após semanas de desgastes na pré-campanha, o petista conseguiu conter danos. Tende a manter o discurso focado nos anos de crescimento econômico de seu governo e na atual alta do custo de vida. Em outra frente, lulistas aumentarão a pressão para que Ciro Gomes desista da pré-candidatura. A campanha de Lula acredita que, caso Ciro desista, a eleição poderá de fato se definir a favor do petista no primeiro turno. Ciro, contudo, assegura que será candidato.

Bolsonaro no páreo

O crescimento de Bolsonaro nas pesquisas tirou o espaço da terceira via e o consolidou como principal alternativa a Lula. Aliados do presidente acreditam em um efeito "rebote" após a divulgação do Datafolha, com a migração para Bolsonaro de ao menos metade dos potenciais eleitores da terceira via.

O presidente, contudo, tem cenário difícil em razão da inflação que bate em 12% ao ano, puxada pela alta dos preços dos combustíveis e dos alimentos. Parte do comitê de pré-campanha defende centrar nas próximas semanas esforços em medidas capazes de atenuar o custo de vida.

Bolsonaro também faz aceno ao PIB ao declarar que pretende recriar o Ministério da Indústria e Comércio. O presidente ainda pretende tirar dividendos eleitorais da viagem aos EUA, em junho, para ter sua primeira reunião bilateral com o presidente norte-americano, Joe Biden.

CALENDÁRIO ELEITORAL

20/07 – Começa o período para realização de convenções destinadas a deliberar sobre coligações e candidatos. O prazo vai até 5 de agosto.

15/08 - Último dia para os partidos políticos, as federações e as coligações requererem o registro de seus candidatos.

16/08 - Data a partir da qual será permitida a propaganda eleitoral, inclusive na internet.

26/08 – Começa o horário eleitoral obrigatório em TV e rádio, que vai até 1º de outubro.

02/10 - Data do primeiro turno das eleições, com votação a presidente, governador, senador, deputado federal e deputado estadual.

07/10 - Recomeça o horário eleitoral obrigatório em TV e rádio, que vai até 29 de outubro.

30/10 – Se não houver vencedor no primeiro turno para presidente e/ou governador, os eleitores terão que voltar as urnas em 30 de outubro para o segundo turno da disputa eleitoral.

Novas mudanças na Petrobras

Na Análise Política enviada pela NK Consultores em abril, um dos pontos abordados era a troca no comando da Petrobras. Pouco mais de um mês depois, a estatal teve nova mudança na presidência. Bolsonaro demitiu o presidente da Petrobras, José Mauro Coelho. Antes, já havia trocado o ministro de Minas e Energia (Bento Albuquerque por Adolfo Saschida).

O motivo principal para as mudanças foi o reajuste no preço do diesel, que também havia provocado as demissões anteriores de Roberto Castello Branco e Joaquim Silva e Luna. O governo indicou para substituir Coelho o economista Caio Paes de Andrade, auxiliar do ministro da Economia, Paulo Guedes. O currículo do escolhido, conduto, sofre resistência pela falta de experiência na área, o que contraria a Lei das Estatais. O governo decidiu trocar oito nomes do Conselho de Administração da Petrobras, o que pode demorar de 30 a 60 dias.

A Petrobras já alertou o governo sobre o risco de falta de diesel no país no segundo semestre (cenário impactado pela guerra na Ucrânia) caso os preços sejam represados. O valor do diesel e da gasolina é o principal motivo de temor na campanha à reeleição de Bolsonaro. O presidente deixou claro que não deseja novos reajustes nos próximos meses, apesar do discurso de que não interfere na Petrobras.

Bolsonaro aposta na aprovação pelo Congresso do projeto que inclui diesel, gasolina e energia na lista de produtos essenciais, com ICMS máximo de 17%, para reduzir os preços nas bombas. Em

alguns estados, o ICMS (tributo estadual) do combustível chega a 30%. O projeto passou na Câmara e o governo pressiona para que seja votado em junho no Senado.

Relação com o STF

Bolsonaro mantém o discurso contra o Supremo Tribunal Federal (STF). O presidente manterá até o final do ano os atritos com parte da Corte e com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a fim de manter sua militância mobilizada. O envio ao STF e à Procuradoria-Geral da República de notícia-crime contra o ministro Alexandre de Moraes por suposto abuso de autoridade foi mais um capítulo desta saga.

Pandemia

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, assinou em 22 de abril a portaria que encerrou oficialmente, em maio, a Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional por conta da Covid-19. O governo decretou a emergência em fevereiro de 2020, medida que acelerou procedimentos para combater à pandemia, como aquisição de produtos e liberação de medicamentos e vacinas.

A queda na curva de óbitos e casos nos últimos meses permitiu ao governo encerrar a emergência – o fim da pandemia só pode ser anunciado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) – para reforçar o discurso pró-volta da “normalidade”. O país soma 666 mil mortos. Atualmente, 165,7 milhões de brasileiros estão totalmente imunizados (77,1% da população).

Congresso Nacional

A eleição de Lincoln Portela (PL-MG) como novo vice-presidente da Câmara mostra que Bolsonaro, apesar da força eleitoral, não controla seu partido. O Planalto não conseguiu emplacar Vitor Hugo (PL-GO) ou a ex-ministra Flávia Arruda (PL-DF) na função. Logo, as vitórias em votações importantes passam pela aliança com o Centrão.

Deputado pelo sexto mandato consecutivo, Portela é pastor e teve apoio majoritário da bancada evangélica. Portela foi eleito dois dias após o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), destituir do cargo o deputado Marcelo Ramos (PSD-AM), crítico de Bolsonaro. Lira, com razão, seguiu o regimento, que diz: "em caso de mudança de legenda partidária, o membro da Mesa perderá automaticamente o cargo que ocupa". Na janela partidária, Ramos trocou o PL pelo PSD.

Reformas

As reformas tributária e administrativa seguem sem perspectiva de aprovação. Por ora, o governo deixou de lado as articulações e se concentra em projetos que tentem reduzir o preço dos combustíveis. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), tenta votar nesta semana a PEC da reforma tributária, que unifica impostos federais e estaduais, apesar do ceticismo de líderes partidários.

O texto precisa passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antes de seguir para o plenário e, em caso de aval dos senadores, ser analisado pelos deputados. A pouco mais de quatro meses para as eleições, é difícil acreditar que o Congresso Nacional leve adiante a ideia de aumentar impostos sobre diferentes setores da sociedade brasileira.